



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ATITUDES E CONHECIMENTOS DE JOVENS ACERCA DA SEXUALIDADE: UM ESTUDO COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO INTERIOR DA PARAIBA

Thais Wanderley Mendes; Bruna Drielle Nogueira Silva Oliveira; Tatiana Cristina
Vasconcelos;

Faculdades Integradas de Patos – FIP
thaiswanderley@gmail.com

Resumo: O tema sexualidade está cada vez mais presente no âmbito escolar e familiar, tendo uma maior atenção por parte dos pais e dos educadores. Entre os jovens o tema propicia longos debates polifônicos, o que merece destaque entre os educadores. Mas ao abordar sexualidade e educação, o que se trata nesta interpelação? Como os jovens lidam com tal temática. Buscando refletir a respeito, este estudo objetiva verificar os conhecimentos de um grupo de jovens estudantes em relação à sexualidade, bem como a relação entre sexo, idade e religião nesta temática. Para tanto, foi realizado um estudo de campo, que contou com a participação de 67 estudantes do 9º ano da rede municipal de ensino, no interior da Paraíba, onde 46,3% correspondem ao sexo masculino e 53,7% correspondem ao sexo feminino, com idades entre 13 e 18 anos ($M=14,6$; $DP=1,32$). Estes responderam a Escala de Atitudes Face à Sexualidade (EAFSA) e os principais resultados revelam um conhecimento restrito por parte dos alunos e teoricamente por parte de pais e educadores, verificou-se que no presente estudo não existe uma diferença significativa entre conhecimento e sexo, assim como entre conhecimento e religião sendo as variáveis independentes. A maioria dos estudos conclui que os jovens possuem dúvidas acerca da sexualidade. Neste caso, portanto, há uma necessidade da Educação Sexual Emancipatória, que possibilite novas formas de conceber o corpo, o desejo e a sexualidade, de uma maneira científica, humanista e significativa subjetivamente.

Palavras-chave: Educação Sexual Emancipatória, Juventude, Sexualidade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Introdução

A sexualidade tornou-se nos últimos anos um assunto emergente nas escolas, e por isso tem despertado o interesse de muitas pessoas. Entre os jovens o tema propicia longos debates polifônicos, o que merece destaque entre os educadores. Na sociedade atual, a juventude é comumente entendida como uma fase do ciclo vital de extrema importância para a constituição do sujeito (Soares et al., 2008), um período de transição para a maturidade ou mesmo um elo entre a infância e a idade adulta (Antunes, 2007; Lunardelli, 2002).

Na área de saúde, a delimitação de necessidades dos jovens tem se apoiado em uma definição de adolescência de base etária (10 aos 19 anos), período que se considera como caracterizado por grandes transformações físicas, psicológicas e sociais (WHO, 1986). Assim, um critério biológico, como o que diz respeito às funções sexuais e reprodutivas desenvolvidas, tem sido comumente utilizado para demarcar o início da vida adolescente e o fim da infância; ao passo que o limite superior da juventude tem sido estabelecido a partir da conclusão do ciclo educacional e entrada no mercado de trabalho formal, além da constituição de uma família. Estes são demarcadores modernos da transição para a vida adulta.

Um dos critérios mais comuns no tratamento da juventude ancora-se nos postulados demográficos, respaldados por aportes da Psicologia. Este critério apesar de mais utilizado tem sido alvo de críticas. Nesse contexto, trataremos com a palavra juventude, considerando que em cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica, atravessados por um horizonte social ganha valor na natureza interindividual. A juventude pode ser diferente em função dos sujeitos sociais e suas condições concretas de vida. A palavra juventude se revela no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais, não simplesmente como um conceito teórico abstrato (Vasconcelos, 2012).

Além do exposto, ao relacionar jovens, sexualidade e escola, comungamos com autores que trazem a sexualidade como algo além do corpo, do qual produz uma imaginação e abrangem princípios, comportamentos, assim como aspectos que expresse desejos e prazeres (Louro, 2007; Soares et al., 2008). Defendemos ainda, que é na escola que o jovem entra em



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

contato com outros valores e significados que se confrontam com o que foi construído no grupo familiar (Bruns *et al*, 1995). Em ambos os contextos, o diálogo ainda acontece de maneira frágil. Na escola, o debate é tímido voltando-se apenas para aspectos biológicos, reforçando a ideia da sexualidade ligada à reprodução e tanto educadores como profissionais de saúde permanecem com posturas impregnadas de preconceitos e tabus (Saito & Leal, 2000). Diante disto, a família, a sociedade e a escola são as instituições básicas para o desenvolvimento de ações educativas, objetivando dar suporte aos jovens para enfrentar as situações de risco (Jardim & Brêtas, 2006).

Esta problemática é antiga. Na Europa e em suas colônias espalhadas pelo mundo, a preocupação com a sexualidade nas escolas remonta o século XIX, quando a vida regrada dos colégios estabelecera um conjunto de regras sobre o corpo de jovens e crianças. Michel Foucault descreveu os colégios europeus do século XVIII como verdadeiras maquinarias em permanente estado de alerta. Para o autor: "O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios [...], os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças" (FOUCAULT, 1984, p. 30).

No Brasil, já no início do século passado começaram as preocupações com a Educação Sexual, embora com intenções higienísticas e médicas, objetivando combater a masturbação, as doenças venéreas e preparar a mulher para o papel de esposa e mãe. Na década de 60 foram várias as tentativas de implantação de Educação Sexual, tanto em escolas públicas quanto particulares. A partir de 1964, no colégio Pedro Alcântara no Rio de Janeiro, o ensino de Educação Sexual foi introduzido em todas as séries, sendo que em 1968 outros colégios também adotaram a Educação Sexual. No início da ditadura militar, em 1965, uma portaria do secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo proibiu professores do ensino secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e sobre a contracepção

No início da década de 70, a educação sexual era do tipo médico-biologista inspirada nas descrições das funções reprodutivas, centrada nas informações, voltada para uma



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

abordagem higienista e médico-profilática, houve um retrocesso ao puritanismo fechado e aumento de censura. Com a chegada da década de 80, os discursos pela liberdade feminina começaram a se solidificar, havendo, contudo, uma forte mitificação da autonomia feminina através de discursos ainda cheios de preconceitos, os quais enquadravam e segmentarizavam o trabalho feminino. Surgem nessa época alguns programas na TV que exploram essa visão, ainda separando e definindo papéis e comportamentos a serem desempenhados por homens ou por mulheres, de acordo com o sexo e não com a preferência de cada um.

Em 1983 acontece o 1º Encontro Nacional de Sexologia, organizado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO, com a participação de médicos, educadores e cientistas sociais. Surge também, na década de 80 a SBRASH - Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, que tem promovido encontros, congressos e publicações nesta área. Em 1987 no Estado do Rio Grande do Sul, com iniciativa do Ministério da Educação, o desenvolvimento de projetos de Educação Sexual nas escolas, utilizando a formação teórica oferecida pelo Centro de Estudos sobre a Sexualidade de Brasília e contado com apoio financeiro internacional. Esta foi uma década marcada por muitas publicações de livros com temas voltados para a sexualidade, com o objetivo de informar crianças, adolescentes e adultos; e ainda outros de cunho científico, visando refletir sobre Educação Sexual, principalmente escolar.

Com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais no final da década de 90, a Educação Sexual, volta ao campo das discussões, aparecendo como tema transversal, devendo ser abordado de forma interdisciplinar e transdisciplinar por professores com formação nas mais diversas áreas do conhecimento. Contudo, na prática, ainda assim ela continuou deixada de lado. Entretanto, os trabalhos em Educação Sexual, se referem mais ao aspecto médico do que político-educacional.

A partir de perspectivas bem estabelecidas, a fala da sexualidade e não o seu silêncio constituiu-se como fator importante no discurso educacional brasileiro. Se relacionarmos o processo de escolarização à disciplinarização dos corpos de crianças e jovens, veremos que a educação do sexo encontrou seu lugar privilegiado na escola desde muito cedo. Dessa forma,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

os jovens desde os primeiros anos de vida, são instruídos de como devem se comportar de acordo com o sexo (feminino e masculino), assim para haver uma compreensão da sexualidade humana, é preciso o conhecimento individual, social e familiar de forma ampla, bem como, perceber a forma como os sujeitos constituíram as trocas de experiências sexuais, contudo a forma como os adolescentes percebem e se envolvem sexualmente, se encontra em vigor com os modelos de atitudes e comportamentos do contexto social e familiar dos dias atuais (Parker, Herdt & Caballo 1991; Giddens, 1996 & Ramos, 1999).

Nas primeiras décadas do século XXI podemos notar uma preocupação por parte de educadores e de estudiosos sobre o tema, que objetivam trabalhar a Educação Sexual, sem se prenderem somente a aspectos físicos, biológicos e preventivos. Dessa forma, é preciso construir esta temática dentro de uma abordagem histórica crítica a qual permite aos educadores e aos educandos desenvolverem o debate, a reflexão e a construção de conhecimentos que lhes permitam a vivência sexual plena saudável, responsável e prazerosa da sua sexualidade, além de abordar assuntos, que muitas vezes ainda são postos de lado tais como a homossexualidade masculina e feminina, os direitos dos GLBTTTs, a igualdade de gêneros, a diversidade sexual e a violência e abuso sexual contra homoafetivos, mulheres e crianças.

Será a educação sexual atual ainda direcionada apenas ao caráter biológico e preventivo esquecendo-se do papel da emancipação da sexualidade, ou seja, sua relação reflexiva e crítica, necessária para a formação humana?

O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) intensifica a necessidade de se construir uma educação básica, em que sugere um conjunto de temas, entre eles a orientação sexual no âmbito escolar (Brasil, 1997). Para tanto as instituições tem o papel de elaborar e fortalecer uma educação crítica e reflexiva que promova a saúde dos adolescentes (Altamann, 2001). Diante desse quadro, há uma resistência por parte dos pais quanto à abordagem destas questões no âmbito escolar, porém atualmente eles reivindicam a orientação sexual nas escolas, reconhecem não só sua importância para com as



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

crianças e os jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (Brasil, 1998).

Segundo Ramiro e Matos (2007) a escola é um espaço mais adequado e favorecido para a realização de uma educação sexual clara e precisa, tendo em vista que é o local, no qual os jovens permanecem por um longo tempo. Porém, para que os professores possam trabalhar com os temas que foram propostos pela PCNs, se faz necessário uma capacitação, o que não ocorre. Assim os professores tendem a fazer o que podem, no qual seu discurso se baseia em informações colhidas em palestras, breves cursos, leituras bem como, da sua própria experiência, o que nem sempre é a orientação apropriada (Beiras, Tagliamento & Toneli, 2005).

A educação sexual não implica em ensinar ou direcionar o desejo sendo que as formas de se vivenciá-lo sofrem influências culturais e históricas do espaço no qual o sujeito está inserido. Além de que o papel masculino e o feminino também são diretamente influenciados por estes aspectos os quais oscilam de povo para povo e de época para época. Sendo que hoje as diferentes formas de expressão do masculino e do feminino, não mais se enquadram apenas no conceito de masculino e de feminino, e para suprir essa lacuna surge o conceito de gênero que não mais diferencia homens de mulheres somente pelo aspecto físico, mas também pela forma como o indivíduo se identifica.

Quando buscamos novas formas de conceber o corpo, o desejo e a sexualidade, de uma maneira científica, humanista e significativa subjetivamente, estão propondo uma nova educação sexual, a Educação Sexual Emancipatória. Emancipatória quer dizer aquela que promove a emancipação, autonomia, responsabilidade afetiva e social, aquela educação que se baseia em elementos da ciência, “que respeita homens e mulheres como iguais, que propõe práticas sociais de solidariedade, afetividade e convivência entre os sexos, em todas as fases e idades” (Nunes e Silva, 2001, p. 14).

Buscando refletir a respeito, este estudo objetiva verificar os conhecimentos de um grupo de jovens estudantes em relação à sexualidade, bem como a relação entre sexo, idade e religião de um grupo de estudantes da rede municipal de ensino de Patos-PB.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, *ex post facto*, de campo, descritiva e exploratória. Realizada com 67 estudantes da rede municipal de ensino, no interior da Paraíba no período de abril de 2015. 31 adolescentes do sexo masculino e 36 do sexo feminino, com idades de 13 a 18 anos. (M=14,6; DP=1,3)

Foram informados do objetivo da pesquisa, os dirigentes da escola (diretora e vice-diretora), os pais dos alunos e as professoras responsáveis pelas turmas participante, sendo garantido o sigilo e a privacidade das informações colhidas, visando a preservação da identidade do envolvidos, seguindo as diretrizes e orientações estipuladas para pesquisas envolvendo seres humanos na presente Resolução N°466, de 12 de Dezembro de 2012 do Ministério da Saúde (Padilha, 2012). Os critérios de seleção da amostra foi não-probabilística por conveniência

Inicialmente foi utilizado um formulário com questões sócio demográficas, no qual permitiu uma caracterização da amostra quanto a sexo, idade, religião. Em seguida foi aplicado o instrumento denominado de “Escala de atitudes face à sexualidade em adolescentes” (AFSA), no qual permite verificar o conhecimento, bem como as atitudes dos adolescentes acerca da sexualidade. Composta por 26 itens, do tipo *Likert* de 5 pontos, na qual, 1 corresponde a discordo totalmente e 5 corresponde a concordo totalmente.

Primeiramente foi realizada uma estatística descritiva com o propósito de identificar o perfil da amostra, bem como, verificado através de frequência e porcentagem o conhecimento diante das práticas tabus como a masturbação. Posteriormente foi realizado o teste t de *Student*, entre a variável sexo e o fator unifatorial denominado como conhecimento, para comparar as médias entre os grupos, a fim de observar uma correlação entre religião e o conhecimento dos estudantes foi realizado uma análise de correlação de Pearson.

Resultados e Discussão



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Os resultados gerados a partir da aplicação da escala são discutidos a seguir. Os alunos do 9º ano do ensino fundamental constituíram a amostra, no qual 46,3% dos adolescentes são do sexo masculino e 53,7% do sexo feminino. Portanto, uma condição que antecipa o conhecimento sobre a sexualidade é a educação entre meninos e meninas. Para Guirado (1997), a orientação acerca da sexualidade é direcionada ao ser humano e conseqüentemente se estende as escolas, buscando favorecer o entendimento sobre sexualidade, em que diminui a vulnerabilidade dos estudantes. Diante do exposto 32,3% dos jovens, julgam importante uma educação voltada para homens e mulheres independente do sexo, porém cerca de 35,8% afirmaram ter dúvidas quanto a forma de aplicação.

Para 27,3% dos estudantes o diálogo sobre sexualidade pode ser abordado de forma positiva com os pais, o que na atualidade é cada vez mais comum ter os genitores como principal fonte de conhecimento, mesmo quando superficialmente, deixando de ocorrer o esclarecimento de alguns assuntos importantes, sendo observado que a escola é entendida como uma fonte secundária para o desenvolvimento desse conhecimento (Muza, et al., 2002 & Martins, et al., 2006). Alguns assuntos são tratados como tabus, tendo em vista que os adolescentes que corresponde a 33,3% da amostra têm dúvidas quanto à masturbação ser prejudicial ou não a saúde. Diante disso, a sexualidade deve ser entendida como, um meio e não um fim, fazendo-se clara a necessidade de haver reflexão sobre as singularidades dessa parcela da população (Saito & Leal, 2000).

Com relação ao conhecimento que os alunos do 9º ano do fundamental possuem e a variável sexo, utilizou-se o teste t de *Student*, para conferir as médias entre ambos, a fim de identificar a diferença entre eles. Diante da tabela 2 analisou-se que os homens apresentam uma média ($\chi=70,75$) que equipara a média das mulheres ($\chi=69,41$) o que constitui que tanto adolescentes do sexo masculino quanto do sexo feminino possuem um conhecimento acerca da sexualidade de forma semelhante, o que pode ser explicado por Vianna (1997), tendo em vista que a escola vem ocupando um espaço de democratização, ampliando o conhecimento, a fim de ajudar na qualidade educacional dos jovens, porém López e Oroz (1999) afirmam que



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

o conhecimento, bem como as atitudes, podem se modificar quando há a passagem para a vida adulta.

Diante do exposto, verifica-se que no presente estudo não existe uma diferença significativa entre os sexos ($t=0,647$; $p=0,521$), ou seja, as variáveis são independentes, ressaltando dessa forma que o sexo do indivíduo não influencia no grau de entendimento que os adolescentes possuem a respeito da sexualidade.

Tabela – Teste T de Student entre sexo e conhecimento

Sexo	X	Dp	Levene (p)	T	p
Masculino	70,75	8,391			
			0,906	0,647	0,521
Feminino	69,41	7,163			

Partindo do pressuposto que a religião seria um fator que influenciaria no conhecimento dos jovens e sua percepção de sexualidade, analisou-se a partir de uma Correlação de Pearson as variáveis conhecimento e religião, no qual é possível comprovar que não houve uma associação significativa entre o conhecimento que os adolescentes têm diante da sexualidade e sua religião.

Apesar do avanço científico no que diz respeito ao estudo sobre sexualidade humana, este tema ainda é impregnado de mitos, preconceitos e contradições, a ponto continuarem afirmando que só deve ser discutido entre adultos, o que é prejudicial para o desenvolvimento e comportamento sexual saudável dos adolescentes (Gir *et al*, 2000).

Conclusão

Diante do exposto, consideramos que a educação sexual como um caminho para preparar o educando para viver a sexualidade de forma positiva, saudável e feliz e, sobretudo, para formá-lo como cidadão consciente, crítico e engajado nas transformações de todas as questões sociais, ligadas direta ou indiretamente à sexualidade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Em decorrência do que foi exposto, foi possível observar que o conhecimento por parte dos jovens em relação ao tema é ainda confuso, não existindo uma compreensão global acerca das questões que pairam a temática da sexualidade. Compreende-se que a necessidade de ampliação da educação sexual, no âmbito familiar e escolar. Uma vez que essas instituições são o alicerce para a formação desses jovens. Dessa forma, torna-se necessário, ações educativas que expressem aspectos teóricos da sexualidade, seja com relação a prática sexual, prevenção, e promoção de saúde. Informando os indivíduos do que se trata a educação sexual, desmistificando assim preceitos equivocados a respeito da sua importância e do que realmente se trata, desconstruindo a noção de sexualidade como sinônimo de sexo.

Sem dúvida, a sexualidade é uma das questões de maior dificuldade no processo educacional, traz problemas e desafios aos educadores, ou seja, no seu trabalho cotidiano de ensinar, onde pode ser observada uma forte instigação ao sexo, como também, um rompimento com os valores morais e sexuais há muito estabelecidos, pois várias transformações culturais estão ocorrendo desde o surgimento da autonomia sexual feminina e o pluralismo sexual. Assim, apontamos que a sexualidade pode ser um ponto capital na formação continuada, na busca de crescimento pessoal e profissional do professor, porque se a formação continuada for desenvolvida tendo como centro a sexualidade, poderá haver significativo progresso no relacionamento professor – aluno e no processo de aprendizagem como um todo.

Referências

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v 9, n 2, 2001.
- ANTUNES, M. T. C. Atitudes e comportamentos sexuais de estudantes do ensino superior. p.777-791, 2007.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

- BEIRAS, A., TAGLIAMENTO, G. & TONELI, M. J. F. Crenças, valores e visões: trabalhando as dificuldades relacionadas a sexualidade e gênero no contexto escolar. *Aletheia*, Canoas, n 21, p 69-78, 2005.
- BERTÉ, R. O adolescente contemporâneo: das representações às expressões da adolescência. *Beltrão*, PR. V 2, n 7, 2013.
- BOCK, A.M.B; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia. Sexualidade. Saraiva, São Paulo, p.196-205, 2009.
- BRASIL. Ministério da saúde. Manual de controle das doenças sexualmente transmissíveis. Brasília, 1997.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.
- BRUNS, M.A.T, GRASSI, M.F.C, FRANÇA, C. Educação sexual numa visão mais abrangente. *Rev. Bras. Sexualidade Humana*; 6(1) p.60-66, 1995.
- FIGUEIRÓ, M.N. D. O professor como educador sexual: Interligando formação e atuação profissional. In: PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO. Sexualidade e educação: Aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GIDDES, A. Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- GIR, E., NOGUEIRA, M.S., PELÁ, N.T.R. Sexualidade humana na formação do enfermeiro. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*; 8(2) p. 33-40, 2000.
- GUIRADO, M. Sexualidade na escola alternativas teóricas e práticas. Sexualidade isto é intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. Sammus. São Paulo. p.25-42, 1997.
- JARDIM, D. P; & BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. *Rev Bras Enferm.* mar-abr; 59(2): p.157-62, 2006.
- NUNES, C.; SILVA, E.S exualidade(S)Adolescentes(s): Uma abordagem didática das manifestações da sexualidade na adolescência –Florianópolis. SC: Sophos, 2001.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

VASCONCELOS, T. C. Jovens e Linguagem: um texto no contexto do ProJovem Trabalhador de Patos – Paraíba. *Tese (Doutorado em Educação)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Faculdade de Educação, 2012.